



Rodrigo Batagello

Escola de Ciências da Vida, Programa
de Pós-graduação em Bioética,
PUCPR, Curitiba, PR, Brasil
rodrigo.batagello@gmail.com

História da bioética: entre uma formação discursiva e um campo científico

History of bioethics: between a discursive formation and a scientific field

Resumo: A história da bioética pode ser contada a partir de duas perspectivas: como formação discursiva (Foucault, 2007) e como campo científico (Bourdieu, 2004). A hipótese é que as primeiras iniciativas de sistematização da bioética encontraram uma audiência receptível aos problemas bioéticos e sensibilizada pela literatura e pela mídia de massa. A constituição do campo científico foi antecedida pela formação discursiva, responsável pela difusão e publicidade dos dilemas morais colocados pela ciência. A conclusão é que a convivência entre um expressivo poder político e um capital científico frágil, coloca a bioética em condição de heteronomia, ou seja, ela é suscetível às intrusões de forças não-científicas e, no lugar de proporcionar uma nova teoria ética, ela se converteu em uma espécie de biomoralismo.

Palavras-chave: Historiografia da bioética, teorias bioéticas, epistemologia da bioética.

Abstract: The history of bioethics can be told from two perspectives: as a discursive formation (Foucault, 2007) and as a scientific field (Bourdieu, 2004). The hypothesis is that when the first initiatives towards systematization of bioethics arose, they found an audience that was receptive to bioethics problems and had already become aware of these through the literature and the mass media. The constitution of the scientific field was preceded by the discursive formation, which was responsible for dissemination and publicity of the moral dilemmas posed by science. The conclusion is that coexistence between significant political power and fragile scientific capital places bioethics in a condition of heteronomy. In other words, it is susceptible to intrusions by non-scientific forces and, instead of providing a new theory of ethics, it has been converted into a kind of biomoralism.

Keywords: Historiography of bioethics, bioethical theories, epistemology of bioethics.

Introdução

A recente história da bioética demonstra que seu desenvolvimento foi impulsionado por uma série de dilemas morais resultantes de um cenário exclusivamente contemporâneo, marcado por conflitos surgidos das relações entre as possibilidades abertas pela ciência biomédica e suas tecnologias versus as demandas e expectativas sanitárias e médicas, respectivamente, das sociedades e das pessoas. Assim, houve uma sucessão de eventos e de problemas concretos que demandaram a construção de uma formação discursiva (Foucault, 2007) cujos enunciados se convencionou agrupar sob o nome de bioética. Essa formação discursiva emerge de e, ao mesmo tempo, confere sentido a um conjunto de problemas, documentos, publicações, organizações e profissões; ou seja, seria um erro tentar circunscrever a história da bioética à sua dimensão de disciplina acadêmica ou campo científico.

O objetivo do texto é compreender alguns aspectos desse processo de constituição da disciplina Bioética, utilizando como referência os conceitos de formação discursiva, de Foucault (2007), e o conceito de campo científico, de Bourdieu (2004). A hipótese que sustenta esse objetivo é que a constituição do campo científico da bioética foi antecedida por uma formação discursiva marcada por enunciados sobre as implicações morais das tecnologias e inovações científicas. Tais enunciados foram produzidos pela apropriação de temas científicos pelas mídias de massa. Para Foucault, uma formação discursiva é justamente uma regularidade que emerge de um conjunto de enunciados que coexistem em um determinado momento. Por sua vez, os enunciados são elementos dispersos e “não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo” (Foucault, 2007. P35). Dessa forma, Foucault questiona a perspectiva histórica segundo a qual é possível apontar com precisão o momento ou o evento específico que deu origem a uma formação discursiva.

Já o conceito de campo de Bourdieu (2004) é adotado por permitir uma abordagem da história das ciências que é alternativa às abordagens internalistas (que defendem que o progresso de uma ciência é o resultado do acúmulo e refinamento da teoria e do método, sem interferências externas) e externalistas (que advogam que a história da ciência é determinada pelas condições e contextos sociais, políticos e econômicos) (Bourdieu, 2004). Tal conceito possibilita a compreensão da ciência como um

[...] universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas (Bourdieu, 2004. p. 20).

A vantagem de se utilizar o conceito de formação discursiva de Foucault para a compreensão do que é a bioética e qual a sua história reside justamente na amplitude que esse conceito oferece ao permitir que se coloque a seguinte questão: onde são produzidos e como são difundidos os enunciados bioéticos? Não se pode reduzir essa questão à estrutura acadêmico-científica e seus suportes (artigos, livros e teses). Afinal, os enunciados bioéticos são produzidos e disseminados por um vasto conjunto de estruturas discursivas e em diferentes suportes, que vão desde as encíclicas papais até as salas de cinema. As tentativas de construir uma genealogia da bioética através da etimologia e da pesquisa restrita aos textos acadêmicos cometem o erro de procurar o ponto zero, o momento inicial no qual foi criado o neologismo – depois o momento da publicação do primeiro livro, do primeiro periódico etc. – justamente no espaço onde ela surgiu mais tardiamente.

A questão é que o discurso bioético não nasceu nos bancos da universidade: é preciso considerar a dimensão pública dos temas que originaram a bioética e sua associação com os meios de comunicação de massa (Simonson, 2002; Horst, 2005; Klotzko, 1998; Fontes, 2012). Basta recordar que o famoso julgamento de Nuremberg, além de ter sido o primeiro julgamento da história a utilizar o recurso das gravações em vídeo como prova material, também foi o primeiro julgamento a ser televisionado (Delage, 2013). Não por acaso, ele produziu o primeiro documento oficial com conteúdo bioético: o Código de Nuremberg. Essa relação não é casual. Certos aspectos da ciência tem um lugar de destaque nos conteúdos produzidos pelas mídias de massa e, conseqüentemente, os dilemas morais que as ciências colocam também. Vale lembrar aqui, por exemplo, da obra de Mary Shelley, *Frankenstein ou o Prometeu moderno*, que foi escrita em 1818 e alcançou grande popularidade justamente explorando o tema da experimentação científica e suas repercussões.

Quando surgiram as primeiras iniciativas de sistematização do discurso bioético e a preocupação em conferir-lhe um caráter científico, os problemas bioéticos já tinham uma audiência sensibilizada pela literatura, pelo cinema e pela imprensa. A ficção científica e a vida cotidiana já haviam se encarregado de dar publicidade a muitos dos temas bioéticos antes mesmo de sua estreia no cenário acadêmico. Portanto, é

necessário considerar a influência desse aspecto público na constituição do campo científico denominado bioética, evitando-se escrever apenas uma história internalista dessa disciplina.

E ainda que esse fosse o recorte histórico escolhido, seria preciso considerar que o surgimento de uma disciplina acadêmica é produto de condições que ultrapassam os elementos estritamente epistemológicos.

É nesse ponto que o recurso ao conceito de campo científico de Bourdieu permite afirmar que a ciência – e nesse caso, a bioética – deixa de ser compreendida como um conjunto razoavelmente estático composto por teorias, objetos e métodos – cuja a origem histórica poderia ser confundida com uma obra ou um evento qualquer do passado –, e passa a ser descrita como um espaço social dotado de uma dinâmica de trocas simbólicas (o capital científico), regido por leis próprias e relativamente autônomo na sua relação com o mundo social mais geral (Bourdieu, 2004). A história de um campo científico é, dessa maneira, a história da delimitação de um microcosmo², como afirma Bourdieu, capaz de refratar as expectativas sociais, “retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas” (Bourdieu, 2004. p. 22).

Para além de um objeto e de métodos específicos, a constituição de uma disciplina envolve intenso trabalho de legitimação política e embates para a conquista e a delimitação de um espaço no interior da arena acadêmica (Bourdieu, 2004, 2008, 1975). A política e a burocracia universitárias são tão fundamentais na formação de um campo quanto os seus pressupostos científicos. O processo de institucionalização de um campo científico, como afirma Bourdieu, depende da articulação de uma série de dispositivos de identificação, propagação e reconhecimento entre os seus membros componentes, além da delimitação das fronteiras e hierarquias em relação aos membros das demais áreas (Bourdieu, 2004, 2008, 1975).

O campo científico da bioética

A análise desse processo de institucionalização de um campo científico não é simples e os percursos que precedem sua formação podem ser tortuosos e tumultuados. Por isso, é importante levar em conta essas questões quando nos aproximamos da bioética.

A definição e a delimitação das fronteiras científicas da bioética ainda são uma discussão em aberto (Garrett, Jotterand, Ralston, 2013). Porém, essa situação de

indefinição não impediu sua propagação, sua crescente relevância, nem sua institucionalização. A importância do aspecto público da bioética explica a convivência entre um bem estabelecido conjunto de documentos, procedimentos regulatórios e comissões governamentais oficialmente identificados pelo adjetivo “bioéticos” (International Bioethics Committee, 2015; Conti, 2016; Chatzixiros, 2015; Carvalho, 2007; Snead, 2009; Goldim 2008; Langlois, 2005; Garrafa, 2010; Ruiz, 2014; Ten Have, 2011) de um lado e, de outro, um cenário de disputas e debates entre pesquisadores e obras que lutam pelo mérito de conseguir edificar um estatuto epistemológico e científico para essa disciplina (Ives, 2014; Garrafa, 2008; Pamental, 2013; Racine, 2008; Ivanković, 2016; Roqué, 2013). Jonsen (1998) enfrentou a tarefa de discutir esse problema:

Retornamos à questão, “a bioética é uma disciplina?” No sentido mais simples, ela certamente é: uma disciplina é um conjunto temático que pode ser ensinado, e a bioética é e tem sido um assunto lecionável e lecionado desde meados de 1970. No sentido estrito, ela não é uma disciplina. Uma disciplina é um conjunto coerente de princípios e métodos apropriados para a análise de um assunto específico. A Bioética não tem uma metodologia dominante e nenhuma teoria prevalente. Ela tem emprestado elementos da filosofia e da teologia. Seus elementos teológicos são o remanescente secular da santidade da pessoa, a urgência de examinar a experiência à luz de alguma sorte de valores transcendentais e a preocupação de traduzir esses valores para a vida prática. Ela adota vários elementos da filosofia: a recente divisão do discurso ético em duas teorias normativas, deontológica e consequencialista, e a moderna versão da tradicional teoria do contrato. Ela também tomou da filosofia um outro elemento que é predominantemente metodológico, a dizer, o trabalho crítico de lançar questões de forma lógica e inquirir sobre as premissas a elas subjacentes. Além desses elementos filosóficos e teológicos, fragmentos do direito e das ciências sociais também foram desajeitadamente inseridos no edifício bioético (Jonsen, 1998. p.345).

Como aponta Evans, considerada em sua dimensão pública e institucional, a bioética tem um campo de atuação ou, como prefere o autor, uma jurisdição bem definida e que pode ser dividida em quatro frentes: bioética clínica (*health-care ethics consultation*), ética na pesquisa (*research bioethics*), políticas públicas (*public policy*

bioethics) e bioética cultural (cultural bioethics). Todas essas frentes de atuação profissional são demandadas e defendidas pelos bioeticistas como ocupações que exigem competência e formação em bioética (Evans, 2012). Isso demonstra a relevância que a área conquistou nas últimas décadas.

É inegável que a bioética conquistou um espaço na cultura e nas estruturas políticas das sociedades contemporâneas. Evans afirma, inclusive, que as pessoas precisam prestar atenção na bioética e nos bioeticistas, afinal eles:

[...] realmente têm uma forte influência sobre aquilo que efetivamente ocorre na medicina e na ciência. Eles se engajaram naquilo que os cientistas políticos chamariam de ‘definição de agenda’ na esfera pública, definindo os limites dos debates públicos, identificando quais problemas éticos são ‘importantes’ e quais não são. Suas conclusões influenciam naquilo que efetivamente acontece no mundo real através de dois mecanismos - por meio da comunicação direta ou indireta com autoridades governamentais, que têm o poder de regular a biomedicina, e por meio da comunicação direta ou indireta com os cidadãos, que, por sua vez, influenciam as autoridades governamentais (Evans, 2012. p. xiv).

O ponto em discussão aqui reside exatamente no fato de a bioética gozar de relevância e, ao mesmo tempo, conviver com um “sistema de conhecimento abstrato” que é disperso e fragmentado (Evans, 2012). “Mesmo reconhecendo que o crescimento da bioética tem sido notório, o campo ainda está em construção – especialmente em relação à sua natureza, seu escopo e suas metodologias” (Garrett, Jotterand, Ralston, 2013. p. 2).

Esse é o caso, por exemplo, da bioética de princípios de Beauchamp e Childress. Embora seja uma referência para a área, é preciso que se reconheça que o arranjo de princípios ou conceitos éticos, reunidos sob o argumento da interdisciplinaridade, não é suficiente para prover a fundamentação teórica necessária a uma disciplina²⁹. Como afirma Jonsen,

Uma das características principais de uma disciplina é a presença de uma teoria central (e algumas vezes teorias alternativas). Teorias são conjuntos de proposições que explicam como os dados são identificados, associados e analisados (Jonsen, 1998. p. 327).

A bioética de princípios não cumpre a função de fornecer os subsídios necessários à constituição de uma disciplina e a leitura do texto *Os princípios da ética biomédica* permite identificar que os autores não tiveram a pretensão de atingir tal objetivo. Afinal, a chamada bioética de princípios foi um novo arranjo para conceitos já estabelecidos e emprestados de teorias éticas tradicionais. Como reconhecem os próprios autores:

A moralidade comum contém um conjunto de normas que incluem princípios que são básicos para a ética biomédica [...]. A maioria das teorias éticas clássicas incluem esses princípios de alguma forma e os códigos médicos tradicionais pressupõem pelo menos alguns deles (Beauchamp, Childress, 2001. p. 12).

A proposta de Beauchamp e Childress foi compilar um conjunto de princípios extraídos daquilo que denominam de moral comum, de forma que funcionassem como diretrizes para a tomada de decisões diante de dilemas morais na área biomédica (Beauchamp, Childress, 2001). Contudo, essa proposta não fornece os elementos mínimos para a fundamentação de uma teoria ética ou bioética.

A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral. As proposições éticas devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. Ao contrário, os princípios, as normas ou os juízos de uma moral determinada não apresentam esse caráter. E não-somente não têm um caráter científico, mas a experiência histórica moral demonstra como muitas vezes são incompatíveis com os conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais. Daí podermos afirmar que, se se pode falar numa ética científica, não se pode dizer o mesmo da moral. Não existe uma moral científica, mas existe – ou pode existir – um conhecimento da moral que pode ser científico (Sánchez Vázquez, 2002. p. 23).

De outra maneira, os princípios elaborados por Beauchamp e Childress (2001) não definem e nem propõe o delineamento de uma teoria ética que possa servir como base para uma disciplina bioética. Eles são uma ferramenta decisória, são diretrizes (guidelines) importantes para orientar a tomada de decisão diante de determinados problemas, mas não estabelecem os elementos necessários a uma disciplina bioética (Jonsen, 1998).

Nossos quatro conjuntos de princípios não constituem uma teoria geral da moral. Eles apenas fornecem uma estrutura para identificar e refletir sobre os problemas morais. A estrutura é dispersa, porque princípios *prima facie* não contêm conteúdo suficiente para atender às nuances das muitas circunstâncias morais. Portanto, precisamos examinar como aprimorar e equilibrar esses princípios abstratos (Beauchamp, Childress, 2001. p. 15).

Como afirmam os próprios autores, os princípios constituem uma estrutura analítica (analytical framework) que expressa os valores da moralidade comum e que servem como diretrizes para a deontologia ou para a ética profissional.

Um conjunto de princípios em um relato moral deve funcionar como uma estrutura analítica que revela os valores gerais subjacentes às regras na moralidade comum. Esses princípios podem funcionar como balizas para a ética profissional [...] nós defendemos quatro conjuntos de princípios que cumpram essa função. Os quatro conjuntos de princípios são [1] respeito pela autonomia (uma norma de respeito à capacidade deliberativa das pessoas autônomas), [2] não-maleficência (uma norma para evitar a provocação de danos), [3] beneficência (um grupo de normas para a promoção de benefícios e o equilíbrio entre benefícios versus riscos e custos), e [4] justiça (um grupo de normas para a distribuição equitativa de benefícios, riscos e custos) (Beauchamp, Childress, 2001. p. 12).

Apesar disso, a bioética dos princípios é um marco importante no desenvolvimento da disciplina Bioética. Afinal, ela ofereceu um ponto de partida para a série de ajustes e desdobramentos conceituais das propostas teóricas posteriores. O principlismo estabeleceu uma espécie de modelo que foi e continua sendo seguido: seja para reafirmá-lo ou para criticá-lo, os projetos teóricos trataram de substituir, alterar ou ampliar os conceitos de autonomia, justiça, não-maleficência e beneficência ou, em certos casos, propor novos princípios. E foi em torno desse modelo que o campo científico da bioética se expandiu.

Em síntese, pode-se afirmar que, como campo científico, a bioética ainda precisa estabelecer o seu capital científico, embora já tenha reunido um expressivo capital político e institucional (Bourdieu, 2004). Para Bourdieu (2004), o capital científico tem uma natureza completamente diferente daquela do capital econômico e do poder político (Bourdieu, 1975, 2004, 2008,). Sucintamente, pode-se dizer que o capital científico é a fonte da autoridade científica, da competência que “proporciona autoridade

e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema” (Bourdieu, 2004.p. 33).

Embora Bourdieu (2009) utilize a ideia de capital científico como um elemento associado aos agentes que compõem um campo, é possível conceber que a soma do capital científico dos agentes de um determinado campo representa o capital científico total desse campo e, portanto, da capacidade que esse campo tem de legislar sobre um determinado tema. Assim, falar do capital científico da bioética, significa falar de sua capacidade de impor e exercer autoridade sobre um conjunto de objetos, de métodos e de temas perante a sociedade, em um processo de “autonomização progressiva do sistema de relações de produção, circulação e consumo de bens simbólicos” (no caso, os enunciados bioéticos), que tenderá a aumentar esse capital e a reduzir as pretensões de outras instâncias (teologia, filosofia, direito etc.) de legislar sobre essa mesma esfera de influência (Bourdieu, 2009).

A discrepância entre o poder político e o capital científico produz aquilo que Bourdieu denominou heteronomia. Ou seja, a fragilidade do capital científico de um campo torna-o mais suscetível às intrusões de forças não-científicas (política, economia, religião etc.) ou de outras forças científicas que são alheias ao próprio campo (Bourdieu, 2008; Evans, 2012). Esse é o caso da teologia e das tentativas de constituição de ramos bioéticos confessionais (bioéticas católica, islâmica, judaica etc.). Esses são um exemplo claro dessa heteronomia que, por sua vez, é indicativa da fragilidade do capital científico e da autonomia científica enfrentada pela bioética.

Embora a formação discursiva bioética seja uma realidade consolidada e, inclusive, ultrapasse os limites da disciplina bioética, ainda está colocada a necessidade de fortalecer os fundamentos teóricos necessários para consolidar a bioética como campo científico (Garrett, Jotterand, Ralston, 2013). Nesse sentido, é preciso que se questione a própria natureza da bioética enquanto teoria, com a finalidade de avaliar se ela reúne os elementos para a constituição de disciplina original e independente ou se ela deve ser considerada ou acomodada como uma subárea de outras disciplinas, como a filosofia moral, por exemplo. É preciso definir se o quadro teórico da bioética deve ser considerado um capítulo da ética tradicional – uma ética aplicada, como advogam muitos teóricos – ou se ela tem condições para fundar uma nova teoria ética.

Na busca por respostas para essas questões, a retomada da leitura do livro *Bioética – Ponte para o futuro*, uma das obras de referência para a bioética, forneceu alguns elementos que podem auxiliar nessa tarefa.

Potter e a bioética como uma nova teoria ética

A obra de Potter ganhou notoriedade pela criação do neologismo bioética (Post, 2004; Steinbock, 2007; Tealdi, 2008), embora seja preciso dizer que essa posição passou a ser questionada em função de um trabalho de Fritz Jahr (Sass, 2007; Rinčić, 2011). A questão é que a repercussão dessa contribuição de Potter parece ter ofuscado os demais aspectos de sua proposta teórica; e essa proposta apontou alguns dos elementos básicos para a construção de uma nova teoria ética, embora tenham sido apresentados de maneira dispersa.

Bioética – Ponte para o futuro foi uma coletânea de nove textos publicados por Potter em vários veículos, acrescidos de três textos originais. De acordo com o autor, esses textos foram reunidos com a finalidade de fornecer subsídios para uma nova disciplina. Apesar de Potter reconhecer que a obra não apresenta um projeto teórico organizado e que seu objetivo com o livro foi lançar um apelo à construção desse projeto (Potter, 1971), o fato é que sua obra estabeleceu algumas premissas para a organização de um campo científico da bioética e são justamente essas premissas que parecem ter sido esquecidas ao longo do caminho pelos estudiosos da área.

Uma delas, talvez a mais relevante, está expressa em uma frase curta e localizada exatamente no segundo parágrafo do prefácio do livro. De maneira clara e direta, escreveu Potter: “valores éticos não podem estar separados dos fatos biológicos” (Potter, 1971. p. VII). Com isso, Potter definiu a bioética como uma nova área da biologia (new holistic biology) e que os conhecimentos biológicos deveriam fornecer as bases para as formulações dos princípios éticos.

Nós não devemos pleitear uma moratória sobre novos conhecimentos, mas sim uma junção do conhecimento biológico e os valores humanos, isto é, uma ética interdisciplinar ou fundada na biologia (Potter, 1971. p. 11).

A proposta de instaurar uma ética baseada na biologia (biologically-based ethics) dá à famosa metáfora da ponte um sentido preciso: o processo de construção dessa ponte tem uma direção específica que vai da biologia para a ética e não o contrário. “A ponte entre o conhecimento do ‘é’ e a sabedoria do ‘deve’ é o programa intrínseco a toda entidade biológica que a faz se esforçar para sobreviver para além da atual geração” (Potter, 1988. p. 5).

Potter (1971) é explícito ao afirmar que é necessário que a ética – disciplina considerada uma província das humanidades e um ramo da Filosofia – encare o fato de

que seu desenvolvimento não pode mais estar separado de uma compreensão realista da ecologia, entendida em seu sentido amplo (Potter, 1971).

E aqui é possível perceber o delineamento de uma proposta interessante: os valores éticos necessários para guiar as ações humanas no mundo contemporâneo deverão ser produto e consequência da expansão do conhecimento biológico e ecológico.

Hoje precisamos de biólogos que respeitem a frágil teia da vida e que possam ampliar seus conhecimentos para incluir a natureza do homem e sua relação com os mundos biológico e físico. Precisamos de biólogos que possam nos dizer o que podemos e devemos fazer para sobrevivermos e o que não podemos e não devemos fazer se esperamos manter e incrementar a qualidade da vida nas próximas três décadas (Potter, 1971. p. 2).

Tal concepção afasta definitivamente a bioética das teorias produzidas pela filosofia moral e pela metafísica religiosa (Potter, 1988) e a aproxima de outras áreas, como a sociobiologia (Hossne, 2013), a ecologia comportamental e a psicologia evolutiva. De acordo com o próprio Potter,

A bioética global pode coexistir com o humanismo secular desde que ele possa concordar que as leis naturais que governam a biosfera – de fato, o universo – não vão mudar de acordo com os desejos dos indivíduos, os governos ou as preferências religiosas (Potter, 1988.p. 153).

Essa seria, inclusive, uma boa definição da bioética: uma disciplina dedicada à investigação, descrição e análise das estruturas biológicas que podem influenciar no comportamento humano e que devem ser sistematizadas na forma de uma teoria ética, com a finalidade de garantir a manutenção e o desenvolvimento da vida humana. Assumindo essa definição, por exemplo, todas as questões relativas ao controle da fertilidade humana deveriam estar apoiadas em parâmetros demográficos, epidemiológicos e ecológicos. Para Potter (1988), as opções médicas sobre o controle da fertilidade não podem ignorar a necessidade ecológica de conter o aumento exponencial da população e, portanto, seria um imperativo ético básico aceitar as estratégias de controle de fertilidade (Potter, 1988).

No texto *O papel do indivíduo na sociedade moderna*, Potter fez uma analogia entre a unidade básica de informação da evolução biológica, a molécula de DNA, e a unidade básica de informação da evolução cultural, a ideia. Ele argumenta que é possível demonstrar que “[...] existe um processo de seleção natural das ideias na

evolução cultural da mesma forma como existe uma seleção natural das moléculas de DNA na evolução biológica” (Potter, 1971). Essa afirmação tem consequências importantes para a compreensão do processo de formação, distribuição, fixação e mudança dos valores morais em uma sociedade.

Ainda na tentativa de esboçar uma nova ética, Potter delineou um novo conceito antropológico – elemento essencial para uma teoria da moral (Sánchez Vázquez , 2002). Segundo ele, o ser humano é “[...] uma máquina cibernética com feedback instintivo e adquirido – acrescido de um certo grau de reação randômica e imprevisível [...]”(Potter, 1971. p. 110). Para ele, a base da bioética deveria ser um conhecimento realista do homem e “[...] um conhecimento realista do homem é um conhecimento que inclui sua representação como um sistema de controle adaptativo com uma tendência inerente ao erro” (Potter, 1971. p. 26).

É necessário considerar, portanto, que esses elementos da bioética defendidos por Potter diferem significativamente do principialismo e das definições posteriores. Também é importante salientar que o projeto de Potter guarda relação com uma série de outros debates conduzidos na segunda metade do século XX e que, em síntese, tentavam compreender de que maneira a biologia poderia auxiliar na compreensão do comportamento moral (Veatch, 1973; King, 1981; Caplan, 1978; Caplan, 1976; Simon 1979). Com o passar do tempo, as perguntas colocadas pelos estudiosos foram sendo alteradas e a bioética passou a ocupar-se prioritariamente dos limites morais das biotecnologias. São perspectivas distintas e, em certa medida, contraditórias.

Considerações finais

A diferença entre a concepção apresentada por Potter e a compreensão dominante da bioética atualmente descreve a distância entre dois projetos com natureza completamente distintas: no primeiro, a bioética é considerada uma nova teoria ética de base biológica e que explora os problemas bioéticos a partir da dimensão material da vida; no segundo, a bioética atua como uma espécie de moralismo que pretende regular as biotecnologias através de princípios e diretrizes.

A agenda da bioética atual não contempla uma reforma dos fundamentos das teorias éticas. A produção bioética contemporânea toma elementos da filosofia moral e da teologia como pressupostos a partir dos quais são feitas adequações para um uso determinado. E, como dito anteriormente, o principialismo ganhou destaque

nessa agenda por servir como um modelo ou uma referência, de modo que persiste, nos projetos atuais, essa concepção de que uma teoria bioética é, antes de tudo, um conjunto de princípios que possam servir para o trabalho cotidiano dos bioeticistas. E as disputas no interior do campo são pela primazia desse ou daquele conjunto.

Pode-se dizer que, entre a proposta de Potter e o desenvolvimento posterior do principlismo, a bioética abandonou a perspectiva de uma nova teoria ética – de caráter científico e materialista – e ingressou no caminho de constituição de uma espécie de biomoralismo.

Considerando que a base dos princípios propostos por Beauchamp e Childress é a moral comum e que, de acordo com os autores, moral comum (*common morality*) é o conjunto de normas compartilhadas por pessoas moralmente sérias (*morally serious persons*) (Beauchamp, Childress, 2001), parece adequado o uso do termo biomoralismo para descrever essa perspectiva, uma vez que o centro da problemática bioética passou a ser os limites morais da ciência.

A conquista da autonomia do campo científico da bioética demandaria a construção de uma nova teoria ética que incorpore os conhecimentos produzidos pelas ciências médicas e da vida sobre o comportamento moral humano. Em outras palavras, a bioética poderia assumir o projeto de reformular a compreensão vigente da estrutura do comportamento moral e dos processos de deliberação valendo-se das produções das ciências da vida nas últimas décadas. Essa é a principal tarefa epistemológica que a bioética precisa enfrentar se a área quiser consolidar seu capital científico.

A pesquisa foi realizada com o apoio de bolsa de estudo concedida pelo Programa Nacional de Pós-doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes).

Referências

1. Beauchamp TL, Childress JF. Principles of Biomedical Ethics. 5a ed. New York: Oxford University Press; 2001.
2. Bourdieu P. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva; 2009.
3. Bourdieu P. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. Sociol sociétés [Internet]. 1975 [acesso em 20 Nov 2016]; 7(1):91–118. doi: 10.7202/001089ar. Disponível em: <http://www.erudit.org/revue/socsoc/1975/v7/n1/001089ar.pdf>
4. Bourdieu P. Os usos sociais da ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico. 1 ed. São Paulo: Editor UNESP; 2004.

5. Bourdieu P. Para uma sociologia da ciência. Lisboa: Edições 70; 2008.
6. Caplan A. Ethics, evolution, and the milk of human kindness. *Hastings Cent Rep.* 1976; 6(2):20–5.
7. Caplan AL. In what ways are recent developments in biology and sociobiology relevant to ethics? *Perspect Biol Med.* 1978; 21(4):536–50.
8. Carvalho FL. Regulation of clinical research and bioethics in Portugal. *Bioethics* [Internet]. 2007 Jun [acesso em 30 Out 2016]; 21(5):290–302. doi: 10.1111/j.1467-8519.2007.00555.x. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-8519.2007.00555.x>
9. Casas Martínez M de la L. Introducción a la metodología de la investigación en bioética: sugerencias para el desarrollo de un protocolo de investigación cualitativa interdisciplinaria. *Acta Bioeth* [Internet]. 2008 [acesso em 10 Nov 2016]; 14(1):97–105. doi: 10.4067/S1726-569X2008000100013. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-569X2008000100013&lng=en&nr-m=iso&tlng=en
10. Chatzixiros E. La bioéthique au Conseil de l'Europe. *Soins* [Internet]. 2015 Dec [acesso em 02 Nov 2016]; 60(801):40–1. doi: 10.1016/j.soin.2015.10.007. Disponível em: <http://www.em-consulte.com/article/1021725/alertePM>
11. Conti AA. Bioethics and the Italian National Bioethics Committee: historical highlights. *Clin Ter* [Internet]. 2016 [acesso em 15 Nov 2016]; 167(5):147–9. Disponível em: http://www.seu-roma.it/riviste/clinica_terapeutica/apps/autos.php?id=1573
12. Delage C. Caught on Camera: Film in the Courtroom from the Nuremberg Trials to the Trials of the Khmer Rouge. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press; 2013.
13. Evans JH. The history and future of bioethics: a sociological view. New York: Oxford University Press; 2012.
14. Fontes MLA. The stance of abortion in the Brazilian printed media ahead of the 2010 presidential elections: the exclusion of public health from the debate. *Cien Saude Colet.* 2012; 17(7):1805–12.
15. Foucault M. A arqueologia do saber. 7a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2007.
16. Garrafa V, Porto D. Interventional bioethics: epistemology for peripheral countries. *Journal International de Bioéthique* [Internet]. 2008 [acesso em 28 Out 2016]; 19(1–2):87–102. Disponível em: http://www.cairn.info/resume.php?ID_ARTICLE=JIB_191_0087
17. Garrafa V, Ten Have H. National Bioethics Council: a Brazilian proposal. *J Med Ethics* [Internet]. 2010 Feb [acesso em 03 Nov 2016]; 36(2):99–102. doi: 10.1136/jme.2009.031039. Disponível em: <http://jme.bmj.com/content/36/2/99.abstract?sid=597c1bc1-4268-41c6-bb99-62d376fef45c>
18. Garrett J, Jotterand F, Ralston DC, editores. The Development of Bioethics in the United States. New York and London: Springer; 2013. p. 1–14.

19. Goldim JR, Raymundo MM, Fernandes MS, Lopes MHI, Kipper DJ, Francisconi CF. Clinical Bioethics Committees: a Brazilian experience. *Journal International de Bioéthique* [Internet]. 2008 [acesso em 12 Out 2016]; 19(1–2):181–92. doi: 10.3917/jib.191.0181. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-journal-international-de-bioethique-2008-1-page-181.htm>
20. Horst M. Cloning sensations: mass mediated articulation of social responses to controversial biotechnology. *Public Underst Sci*. 2005; 14(2):185–200.
21. Hossne WS. Bioética-sociobiologia: Neologismos oportunos? interface da tecnociência com as ciências humanas e sociais. *Interface (Botucatu)* [Internet]. 2013 Jun [acesso em 01 Set 2016]; 17(45):453–62. doi: 10.1590/S1414-32832013000200017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832013000200017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
22. International Bioethics Committee. Report of the International Bioethics Committee (IBC) on Updating Its Reflection on the Human Genome and Human Rights. FINAL RECOMMENDATIONS. *Law Hum genome Rev* [Internet]. 2015 Jul-Dec [acesso em 22 Nov 2016]; (43):195–9. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002332/233258E.pdf>
23. Ivanković V, Savić L. Integrative Bioethics: A Conceptually Inconsistent Project. *Bioethics* [Internet]. 2016 Jun [acesso em 21 Out 2016]; 30(5):325–35. doi: 10.1111/bioe.12235. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/bioe.12235>
24. Ives J. A method of reflexive balancing in a pragmatic, interdisciplinary and reflexive bioethics. *Bioethics* [Internet]. 2014 Jul [acesso em 09 Nov 2016]; 28(6):302–12. doi: 10.1111/bioe.12018. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/bioe.12018>
25. Jonsen AR. *The birth of bioethics*. New York: Oxford University Press; 1998.
26. King JC. Sociobiology: are values and ethics determined by the gene? *Ann N Y Acad Sci*. 1981; 368:1–15.
27. Klotzko AJ. Dolly, cloning, and the public misunderstanding of science: a challenge for us all. *Camb Q Healthc Ethics*. 1998; 7(2):115–6.
28. Langlois A. *The Global Governance of Bioethics: Negotiating UNESCO's Universal Declaration on Bioethics and Human Rights (2005)*. *Glob Health Gov* [Internet]. 2011 [acesso em 28 Out 2016]; 5(1):1–23. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22724045>
29. Pamental M. Pragmatism, metaphysics, and bioethics: beyond a theory of moral deliberation. *J Med Philos* [Internet]. 2013 Dec [acesso em 15 Out 2016]; 38(6):725–42. doi: 10.1093/jmp/jht030. Disponível em: <http://jmp.oxfordjournals.org/cgi/doi/10.1093/jmp/jht030>
30. Post SG, editor. *Encyclopedia of bioethics*. 3a ed. New York: Macmillan; 2004.
31. Potter VR. *Bioethics - Bridge to the future*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall; 1971.

32. Potter VR. *Global Bioethics*. Michigan: Michigan State University Press; 1988.
33. Racine E. Which naturalism for bioethics? A defense of moderate (pragmatic) naturalism. *Bioethics* [Internet]. 2008 Mar [acesso em 10 Out 2016]; 22(2):92–100. doi: 10.1111/j.1467-8519.2007.00604.x. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1467-8519.2007.00604.x>
34. Rinčić I, Muzur A. Fritz Jahr: the invention of bioethics and beyond. *Perspect Biol Med* [Internet]. 2011 [acesso em 19 Nov 2016]; 54(4):550–6. doi: 10.1353/pbm.2011.0045. Disponível em: http://muse.jhu.edu/content/crossref/journals/perspectives_in_biology_and_medicine/v054/54.4.rin-ic.html
35. Roqué Sánchez MV, Corcó Juviniá J. The epistemological statute of the bioethics. *Cuad Bioet* [Internet]. 2013 [acesso em 21 Out 2016]; 24(82):463–74. Disponível em: <http://aebioetica.org/revistas/2013/24/82/463.pdf>
36. Ruiz de Chávez-Guerrero MH. Veinte años de bioética en México: desarrollo y perspectivas de la Comisión Nacional de Bioética. *Cir Cir* [Internet]. 2014 [acesso em 03 Nov 2016]; 82(6):699–708. Disponível em: <http://new.medigraphic.com/cgi-bin/resumen.cgi?IDARTICULO=52886>
37. Sánchez Vázquez A. *Ética*. 22a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2002.
38. Sass H-M. Fritz Jahr's 1927 concept of bioethics. *Kennedy Inst Ethics J* [Internet]. 2007 Dec [acesso em 19 Nov 2016]; 17(4):279–95. Disponível em: http://muse.jhu.edu/content/crossref/journals/kennedy_institute_of_ethics_journal/v017/17.4sass.html
39. Simon RL, Zegura SL. Sociobiology and morality. *Soc Res (New York)*. 1979; 46(4):766–86.
40. Simonson P. Bioethics and the Rituals of Media. *Hastings Cent Rep*. 2002; 32(1):32.
41. Snead OC. Bioethics and self-governance: the lessons of the Universal Declaration on Bioethics and Human Rights. *J Med Philos* [Internet]. 2009 Jun [acesso em 30 Out 2016]; 34(3):204–22. doi: 10.1093/jmp/jhp024. Disponível em: <http://jmp.oxfordjournals.org/cgi/doi/10.1093/jmp/jhp024>
42. Steinbock B, editor. *The Oxford Handbook of Bioethics*. New York: Oxford University Press; 2007.
43. Tealdi JC, editor. *Diccionario Latinoamericano de Bioética*. Bogotá: UNESCO - Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética / Universidad Nacional de Colombia; 2008.
44. Ten Have H, Dikenou C, Feinholz D. Assisting countries in establishing national bioethics committees: UNESCO's Assisting Bioethics Committees project. *Cambridge Q Healthc ethics* [Internet]. 2011 Jul [acesso em 04 Nov 2016]; 20(3):380–8. doi: 10.1017/S0963180111000065. Disponível em: http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0963180111000065
45. Veatch RM. Does ethics have an empirical basis? *Stud Hastings Cent*. 1973; 1(1):50–65.

Recebido: 10/10/2018. Aprovado: 31/12/2018